

# Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro

Temática Especial  
Autonomia econômica das mulheres, v. 6, nº 1  
30 de março de 2026



## Autonomia econômica das mulheres - Minas Gerais

O presente boletim foi elaborado pelo Observatório do Trabalho de Minas Gerais, com a colaboração de técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) do Estado. Esta edição especial apresenta uma análise da autonomia econômica das mulheres em Minas Gerais. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referentes ao 4º trimestre de 2025, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Optou-se pela utilização dos microdados da PNAD Contínua mais atualizada disponível sobre as condições de inserção no mercado de trabalho, estudo e situação na força de trabalho para a população de Minas Gerais. Reconhece-se, contudo, uma limitação importante: os dados de rendimento de todas as fontes (incluindo aposentadorias, pensões, aluguéis, transferências e benefícios sociais) para o ano de 2025 ainda não se encontravam disponíveis no momento da elaboração deste estudo, razão pela qual as análises de renda aqui apresentadas restringem-se ao rendimento proveniente exclusivamente do trabalho. Embora essa restrição implique que a categoria "sem renda" possa subestimar a existência de outras fontes de sustento para uma parcela da população, a magnitude e a consistência das disparidades observadas entre os grupos analisados, bem como sua reprodução em múltiplas dimensões (força de trabalho, local de residência, posição domiciliar e arranjo familiar), permitem que as conclusões sobre as desigualdades de gênero e raça na autonomia econômica sejam mantidas com segurança.

O conceito de autonomia funciona como um ecossistema de liberdades interdependentes que permitem ao indivíduo exercer sua agência de forma plena, ou seja, ser protagonista da própria vida. No entanto, esse desejo de autodeterminação muitas vezes é cerceado ou potencializado pela dimensão econômica, que fornece os meios materiais necessários para que as escolhas em todos os campos da vida possam ser efetivamente executadas na realidade concreta. Mais do que a simples inserção no mercado de trabalho, a autonomia econômica das mulheres é a base para o pleno exercício da cidadania e a garantia de direitos humanos essenciais. Ela se manifesta na capacidade de acessar, gerar e controlar renda própria, recursos produtivos, financeiros, tecnológicos, tempo e propriedade. Para entender as diferenças sociais entre homens e mulheres, é indispensável analisar a divisão sexual do trabalho e a desigual organização social do cuidado.

A relação entre autonomia econômica e capacidade (e possibilidade) de escolha sustenta que é pelo trabalho que a mulher transpõe em grande parte a distância que a separa do homem. O trabalho seria a base material da independência econômica, sem a qual, a mulher permanece em uma condição de emancipação limitada, subordinada à vontade de outra pessoa. Neste sentido, autonomia econômica se relaciona também à questão de justiça social, ela é a conexão onde se encontram a eficiência produtiva, a dignidade ética e a equidade social.

Esse Boletim explora duas dimensões da autonomia econômica das mulheres: a ausência no mercado de trabalho e de renda do trabalho. Os dados visam apresentar as diferenças de autonomia econômica das mulheres e como a raça/cor interfere nas oportunidades sociais de autonomização dos sujeitos. As informações foram separadas para duas faixas etárias, 18 a 29 anos (jovens) e 30 a 65 anos (adultos).

Os dados apresentados na Tabela 1 revelam um quadro estruturalmente desigual – e conhecido – quanto à inserção de jovens no mercado de trabalho mineiro, com efeitos particularmente severos sobre a autonomia econômica das mulheres. Observa-se que, enquanto 17,0% dos homens brancos e 13,6% dos homens negros encontram-se fora da força de trabalho, os percentuais femininos são expressivamente maiores: 30,9% entre mulheres brancas e 32,0% entre mulheres negras. Essas cifras indicam que, independentemente da cor ou raça, as mulheres jovens apresentam uma probabilidade superior à dos homens de estarem em situação de inatividade laboral, ou seja, sem exercer atividade ocupacional remunerada e tampouco em busca de trabalho.

Do ponto de vista da autonomia econômica feminina, esse fenômeno configura um obstáculo central. Estar fora da força de trabalho implica, na maior parte dos casos, ausência de renda própria proveniente do emprego, o que submete essas jovens a relações de dependência financeira em relação a parceiros, familiares ou ao Estado. Essa dependência, por sua vez, reduz significativamente o poder de decisão das mulheres sobre seus próprios projetos de vida, incluindo escolhas educacionais, reprodutivas e de mobilidade geográfica, além de aumentar sua vulnerabilidade a situações de violência doméstica e de pobreza crônica.

Tabela 1 – Proporção de pessoas de 18 a 29 anos fora da força de trabalho segundo sexo e cor/raça – Minas Gerais – Minas Gerais e Brasil, 4º trimestre de 2025

	Pessoas fora da força de trabalho (%)
Homem branco	17,0%
Homem negro	13,6%
Mulher branca	30,9%
Mulher negra	32,0%

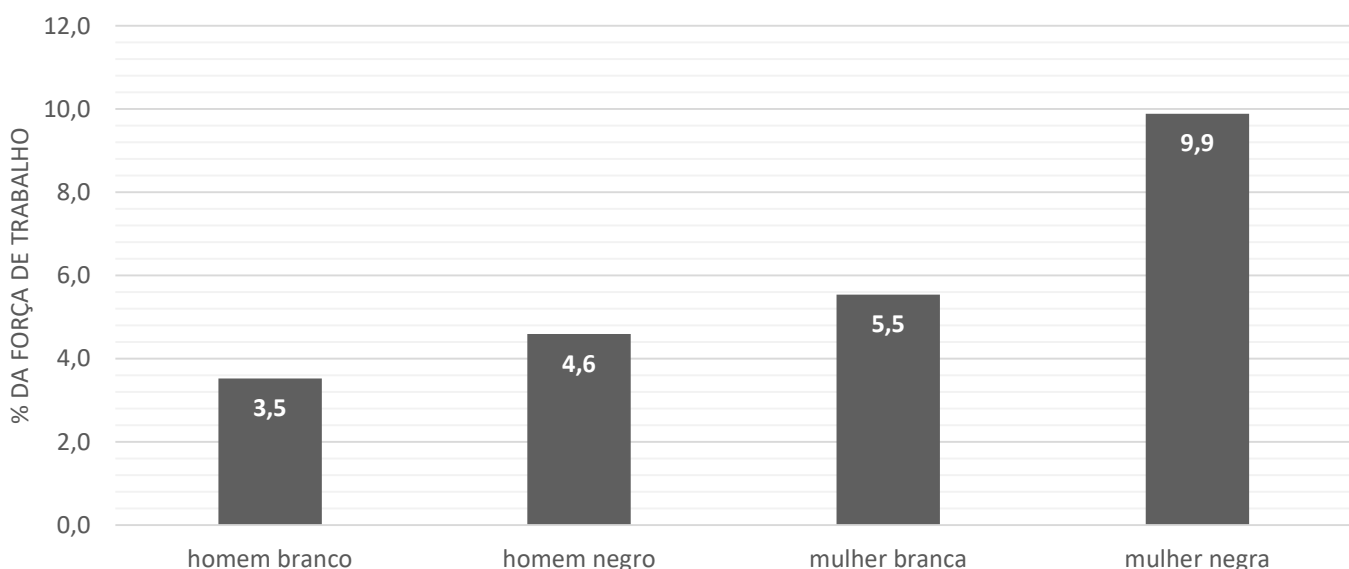
**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A interseccionalidade entre gênero e raça aprofunda o diagnóstico. Mulheres negras constituem o grupo com o maior percentual de inatividade, superando inclusive as mulheres brancas, sugerindo que a dupla pertença – ser mulher e negra – opera como um fator agravante de exclusão produtiva, possivelmente devido à sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, associada a barreiras estruturais como menor acesso a qualificação profissional, redes de contato e oportunidades de emprego formal.

Mesmo que os homens negros apresentem o menor índice de inatividade, esse resultado não deve ser interpretado como vantagem, mas sim como indicador de pressão econômica precoce que os leva a buscar trabalho mesmo em condições precárias, sem que isso signifique, necessariamente, inserção de qualidade.

Embora parte dos jovens de 18 a 29 anos – sobretudo de estratos socioeconômicos mais elevados – esteja fora da força de trabalho por dedicar-se exclusivamente aos estudos (situação que não compromete sua autonomia econômica), a magnitude das disparidades observadas na Tabela 1 aponta para um fenômeno estrutural de exclusão produtiva que afeta desproporcionalmente as mulheres. A hipótese da dedicação integral ao estudo não explica a diferença de gênero de mais de 15 pontos percentuais entre homens e mulheres brancos, tampouco a condição das mulheres negras, que apresentam o maior percentual de inatividade. Enquanto jovens de classes altas, independentemente do sexo, contam com suporte familiar e perspectivas futuras de inserção qualificada, para as jovens mulheres – em especial as negras e de baixa renda – permanecer fora da força de trabalho raramente significa escolha pelo estudo, sendo antes resultado de barreiras como o trabalho de cuidado não remunerado, o desalento diante de um mercado desafiador ou a impossibilidade de conciliar jornadas. Assim, a persistência e a direção das assimetrias por gênero e raça revelam que, para a maioria das jovens mulheres mineiras, estar fora da força de trabalho configura efetiva redução de autonomia econômica.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 18 a 29 anos segundo sexo e cor/raça – Minas Gérias, 4º trimestre de 2025



**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O Gráfico 1 revela as proporções de jovens de 18 a 29 anos desocupados – isto é, pessoas que se encontram efetivamente procurando trabalho, mas não conseguem uma ocupação – segundo sexo e cor/raça em Minas Gerais no 4º trimestre de 2025. Considerando que 2025 foi de significativa expansão do mercado de trabalho, com queda do desemprego para todos os grupos e criação de postos de trabalho, as diferenças entre os grupos se tornam ainda mais expressivos do ponto de vista das desigualdades estruturais. Os homens brancos apresentam a menor taxa de desocupação (3,5%), seguidos pelos homens negros (4,6%). As mulheres brancas registram um percentual superior (5,5%), enquanto as mulheres negras atingem o maior índice de desocupação entre todos os grupos analisados (9,9%). Observa-se, portanto, um gradiente claro: a condição feminina e a pertença à população negra atuam de forma cumulativa na elevação das taxas de desocupação, de modo que mulheres negras jovens apresentam uma taxa de desocupação quase três vezes maior que a dos homens brancos. Esse padrão evidencia que, mesmo em um contexto favorável de geração de empregos e redução geral do desemprego, as mulheres – especialmente as negras – seguem sendo excluídas de forma desproporcional do mercado de trabalho, o que aprofunda o diagnóstico de comprometimento da autonomia econômica feminina desde o início da vida adulta.

Tabela 2 – Distribuição das pessoas de 18 a 29 anos por motivo de não procura de trabalho, Minas Gerais, 4º trimestre de 2025

	Cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes	Estava estudando	Por problema de saúde ou gravidez	Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar	Por não querer trabalhar	Por outro motivo	Total
Homem branco	1,6	63,0	10,6	1,2	7,8	15,7	100,0
Homem negro	4,1	35,1	22,9	2,3	15,1	20,6	100,0
Mulher branca	27,4	46,0	11,2	1,2	9,0	5,1	100,0
Mulher negra	50,8	20,9	11,2	0,5	8,5	8,1	100,0
Total	29,0	35,9	13,4	1,1	9,8	10,8	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A Tabela 2, que detalha os motivos declarados por jovens de 18 a 29 anos em Minas Gerais para encontrarem-se fora da força de trabalho no quarto trimestre de 2025, oferece um retrato contundente das barreiras estruturais que comprometem a autonomia econômica feminina. A primeira evidência é a marcada disparidade de gênero na alocação do tempo: enquanto apenas 1,6% dos homens brancos e 4,1% dos homens negros justificam sua inatividade por cuidar dos afazeres domésticos, filhos ou outros parentes, esse percentual

salta para 27,4% entre as mulheres brancas e atinge 50,8% entre as mulheres negras. Esse padrão revela que a autonomia econômica das mulheres mineiras é dificultada desde cedo por uma divisão sexual do trabalho que as responsabiliza prioritariamente pelas tarefas reprodutivas e domésticas, em detrimento de sua inserção no mercado de trabalho.

Em contrapartida, o motivo "estava estudando" é majoritário entre homens brancos (63,0%) e mulheres brancas (46,0%), mas corresponde a apenas 20,9% entre mulheres negras e 35,1% entre homens negros, indicando que, para as jovens negras, a dedicação integral aos estudos – que poderia funcionar como estratégia legítima de investimento em qualificação sem comprometer a autonomia futura – é uma possibilidade muito mais restrita, justamente porque seu tempo é ocupado pelo cuidado. Ademais, chama a atenção a proporção de homens negros fora da força de trabalho por "não querer trabalhar" (15,1%) e por "problema de saúde ou gravidez" (22,9%), esta última também significativa entre mulheres brancas (11,2%) e negras (11,2%), sugerindo que vulnerabilidades de saúde e dificuldades de acesso a cuidados perpassam de forma distinta os grupos analisados. No agregado, os dados demonstram que o fenômeno da inatividade feminina juvenil em Minas Gerais não decorre de escolhas individuais livres, mas sim de um contexto no qual o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado – reconhecidamente uma das principais barreiras à autonomia econômica das mulheres – recai desproporcionalmente sobre elas, especialmente sobre as jovens negras, inviabilizando sua inserção, permanência e progressão no mercado de trabalho.

Tabela 3 – Distribuição das pessoas de 18 a 29 anos por trabalho e estudo, Minas Gerais, 4º trimestre de 2025

	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha ou procura emprego	Não trabalha, não estuda, não procura emprego	Estuda faz parte da força de trabalho	Total
Homem branco	10,7	15,3	67,0	6,3	0,6	100,0
Homem negro	4,5	9,7	76,2	9,1	0,5	100,0
Mulher branca	13,8	18,3	50,0	17,1	0,8	100,0
Mulher negra	7,1	11,8	55,1	24,9	1,1	100,0
Total	8,2	13,0	63,2	14,8	0,8	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A análise da Tabela 3, que apresenta a distribuição dos jovens mineiros de 18 a 29 anos segundo sua situação combinada de trabalho e estudo, aprofunda consideravelmente o diagnóstico sobre a autonomia econômica feminina ao revelar padrões de inserção muito distintos entre homens e mulheres. O primeiro dado que chama a atenção é a proporção daqueles que "só trabalha ou procura emprego": entre homens brancos, esse contingente alcança 67,0%; entre homens negros, 76,2%.

Já entre as mulheres, os percentuais são significativamente menores: 50,0% para as brancas e 55,1% para as negras. Essa diferença indica que os homens jovens, independentemente da cor ou raça, estão muito mais concentrados na condição de exclusividade laboral ou busca por trabalho, ao passo que as mulheres encontram-se mais dispersas em situações que combinam estudo ou, como será visto, inatividade completa. Quando se observa a categoria "só estuda", as mulheres brancas (13,8%) e negras (7,1%) apresentam percentuais que, embora superiores aos dos homens negros (4,5%), são menores do que os dos homens brancos (10,7%) no caso das mulheres negras, sugerindo que o acesso ao estudo exclusivo – condição frequentemente associada a famílias com maior capacidade de sustentar jovens sem renda própria – é desigual também internamente ao grupo feminino. A categoria "estuda e trabalha", que representaria a situação ideal de conciliação entre formação e inserção produtiva, atinge 18,3% das mulheres brancas e 11,8% das mulheres negras, patamares superiores aos dos homens negros (9,7%) mas ainda baixos em termos absolutos, indicando que a dupla jornada – quando possível – ainda é insuficiente para garantir autonomia plena.

O dado mais revelador para a discussão da autonomia econômica, contudo, encontra-se na categoria "não trabalha, não estuda, não procura emprego". Nesse grupo, as diferenças de gênero e raça são expressivas: enquanto 6,3% dos homens brancos e 9,1% dos homens negros encontram-se nessa condição de completa exclusão de atividades produtivas e formativas, os percentuais entre as mulheres sobem para 17,1% entre as brancas e alcançam 24,9% entre as negras. Isso significa que **uma em cada quatro jovens negras mineiras** não trabalha, não estuda e não procura emprego. Ao cruzar esse dado com a Tabela 2 anterior – que mostrava que 50,8% das mulheres negras fora da força de trabalho dedicam-se a cuidar dos afazeres domésticos, filhos ou parentes –, torna-se evidente que para essas jovens essa condição não decorre de ociosidade ou desinteresse, mas sim da **invisibilização do trabalho de cuidado não remunerado** como atividade economicamente relevante.

Ademais, a comparação entre as Tabelas 2 e 3 revela uma aparente contradição que merece interpretação cuidadosa. Enquanto a Tabela 2 (motivos da inatividade) indicava que 27,4% das mulheres brancas e 50,8% das mulheres negras estavam fora da força de trabalho por cuidado, a Tabela 3 mostra que 17,1% das mulheres brancas e 24,9% das negras encontram-se na condição "não estuda, não trabalho e não procura emprego".

A diferença entre esses percentuais corresponde exatamente àquelas jovens que, embora fora da força de trabalho por cuidado, ainda conseguem conciliar essa atividade com o estudo (categoria "só estuda" ou "estuda e trabalha") – algo mais frequente entre mulheres brancas, que contam com maior suporte familiar e redes de apoio, do que entre mulheres negras, cuja sobrecarga de cuidado é mais totalizante.

Esse padrão interseccional confirma que a autonomia econômica feminina não é comprometida apenas pela ausência de trabalho remunerado, mas também pela **impossibilidade de acumular capital humano** (por meio do estudo) enquanto se realiza trabalho doméstico não remunerado, perpetuando um ciclo de desvantagens que se transmite entre gerações.

Tabela 4 - Distribuição das pessoas com 18 a 65 anos por condição de renda do trabalho e estudo, segundo sexo e cor/raça

	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra	Total
Com renda e estuda	6,0	4,3	7,4	6,2	5,8
Sem renda e estuda	3,5	1,7	4,1	2,7	2,8
Com renda e não estuda	77,0	77,2	56,6	55,0	66,3
Sem renda e não estuda	13,5	16,8	31,8	36,1	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A Tabela 4, que apresenta a distribuição das pessoas de 18 a 65 anos por condição de renda do trabalho e estudo segundo sexo e cor/raça em Minas Gerais, oferece um panorama abrangente das desigualdades estruturais que atravessam a vida adulta, indo além da juventude analisada nas tabelas anteriores. A primeira constatação de relevo é que, entre os homens – tanto brancos quanto negros –, a categoria "com renda e não estuda" é majoritária, alcançando 77,0% e 77,2%, respectivamente. Isso significa que a maioria dos homens adultos mineiros encontra-se inserida no mercado de trabalho sem estar simultaneamente em processo de formação educacional, o que é consistente com a expectativa social de que os homens, uma vez concluída a fase inicial de estudos, dediquem-se prioritariamente à provisão de renda.

Já entre as mulheres, esse mesmo patamar é significativamente mais baixo: 56,6% entre as brancas e 55,0% entre as negras. Essa diferença de mais de 20 pontos percentuais em relação aos homens indica que as mulheres adultas estão menos frequentemente na condição de "apenas provedoras de renda", seja porque acumulam outras atividades, seja porque sua inserção no mercado de trabalho é mais frágil e/ou intermitente.

O dado mais expressivo para a análise da autonomia econômica feminina, contudo, encontra-se na categoria "sem renda e não estuda", que corresponde à parcela da população adulta completamente desprovida de fontes próprias de rendimento e também excluída de qualquer atividade educacional formal.

Nesse estrato, as diferenças de gênero e raça são profundas: enquanto 13,5% dos homens brancos e 16,8% dos homens negros encontram-se nessa condição, os percentuais sobem para 31,8% entre as mulheres brancas e atingem 36,1% entre as mulheres negras. Isso significa que **mais de uma em cada três mulheres negras adultas** em Minas Gerais não possui renda própria e tampouco está estudando – uma proporção quase 2,7 vezes superior à observada entre homens brancos. Trata-se do contingente mais vulnerável do ponto de vista da autonomia econômica, pois essas mulheres dependem integralmente de transferências de renda (de parceiros, familiares ou programas sociais) para sua subsistência, sem qualquer possibilidade de qualificação que lhes permita, no futuro, romper esse ciclo de dependência.

Ao confrontar esses dados com as análises anteriores sobre a população jovem, observa-se uma preocupante continuidade ao longo do curso de vida. As Tabelas 1 e 3 mostraram que, entre as jovens de 18 a 29 anos, as mulheres já apresentavam taxas muito mais elevadas de inatividade e de condição "nem-nem" (não trabalha, não estuda, não procura emprego), com destaque para as mulheres negras (24,9% nessa condição). A Tabela 4 revela que, ao se ampliar a faixa etária até os 65 anos, esse padrão não apenas se mantém como se agrava: a proporção de mulheres negras sem renda e sem estudo salta de 24,9% na juventude para 36,1% na idade adulta, indicando que a exclusão produtiva e formativa tende a se acumular com o tempo, e não a se reverter.

Tabela 5 - Distribuição das pessoas por faixa etária, condição de renda e estudo, por sexo e cor/raça, Minas Gerais, 4º trimestre de 2025

Faixa etária (em anos)	Condição estudo e trabalho	Sexo e cor/raça				Total
		Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra	
18 a 29	Com renda e estuda	14,9	9,4	18,1	11,7	12,8
	Sem renda e estuda	11,8	5,3	14,8	8,3	9,2
	Com renda e não estuda	63,8	72,3	46,5	48,9	58,8
	Sem renda e não estuda	9,6	13,0	20,6	31,1	19,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
30 a 65	Com renda e estuda	2,9	2,4	4,1	4,3	3,4
	Sem renda e estuda	0,6	0,3	0,8	0,8	0,6
	Com renda e não estuda	81,5	79,1	59,8	57,1	68,9
	Sem renda e não estuda	14,9	18,2	35,3	37,9	27,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A Tabela 5 revela trajetórias distintas entre homens e mulheres ao longo do curso de vida. Entre 18 e 29 anos, os homens já se concentram majoritariamente na condição "com renda e não estuda" (63,8% entre brancos e 72,3% entre negros), enquanto as mulheres apresentam percentuais menores nessa categoria (46,5% entre brancas e 48,9% entre negras), indicando uma inserção produtiva mais direta entre os jovens do sexo masculino. A categoria de maior vulnerabilidade – "sem renda e não estuda" – atinge 20,6% das mulheres brancas e 31,1% das mulheres negras, proporção três vezes superior à observada entre homens brancos (9,6%). Já a condição "sem renda e estuda", que reflete a possibilidade de dedicar-se exclusivamente aos estudos, é mais acessível a mulheres brancas (14,8%) e homens brancos (11,8%) do que a homens negros (5,3%) e mulheres negras (8,3%), evidenciando desigualdades estruturais já no início da vida adulta.

Na faixa dos 30 aos 65 anos, os padrões se consolidam. A categoria "com renda e não estuda" torna-se predominante entre os homens (81,5% entre brancos e 79,1% entre negros), ao passo que entre as mulheres os percentuais são cerca de 20 pontos percentuais inferiores (59,8% entre brancas e 57,1% entre negras), indicando que, mesmo na idade adulta plena, as mulheres estão menos frequentemente na posição de provedoras exclusivas de renda. As categorias relacionadas ao estudo reduzem-se drasticamente nessa faixa etária, como esperado. A persistência das disparidades ao longo de toda a trajetória – com as mulheres, especialmente as negras, mantendo-se em posição de desvantagem tanto na juventude quanto na idade adulta – evidencia que as desigualdades de gênero e raça na autonomia econômica não se restringem a um momento específico do ciclo de vida, mas configuram um padrão estrutural que se reproduz para as gerações mais jovens.

Tabela 6 - Distribuição das pessoas por situação na força de trabalho, condição de renda e estudo, por sexo e cor/raça Minas Gerais, 4º trimestre de 2025

Força de trabalho	Renda e estudo	Sexo e cor/raça				Total
		Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra	
Pessoas na força de trabalho	Com renda e estuda	7,0	5,1	11,1	9,5	7,7
	Sem renda e estuda	0,5	0,3	0,5	0,6	0,5
	Com renda e não estuda	89,7	91,0	84,5	83,6	87,6
	Sem renda e não estuda	2,7	3,6	3,9	6,3	4,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pessoas fora da força de trabalho	Com renda e estuda	21,5	9,4	11,5	6,8	10,3
	Sem renda e estuda	78,5	90,6	88,5	93,2	89,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Entre as pessoas na força de trabalho, a categoria "com renda e não estuda" é predominante para todos os grupos, alcançando 89,7% entre homens brancos, 91,0% entre homens negros, 84,5% entre mulheres brancas e 83,6% entre mulheres negras. Os percentuais ligeiramente inferiores entre as mulheres (cerca de 5 a 7 pontos percentuais abaixo dos homens) indicam que, mesmo entre aquelas que estão ocupadas ou buscando trabalho, há uma proporção um pouco maior de mulheres que conciliam trabalho e estudo (11,1% entre brancas e 9,5% entre negras) em comparação aos homens (7,0% entre brancos e 5,1% entre negros). A categoria "sem renda e não estuda" entre as pessoas na força de trabalho é reduzida para todos os grupos, variando de 2,7% (homens brancos) a 6,3% (mulheres negras), o que é coerente com a definição de força de trabalho – que pressupõe estar ocupado ou procurando trabalho –, embora o percentual mais elevado entre mulheres negras sinalize uma parcela dessa população que, mesmo na força de trabalho, não logra obter renda (possivelmente desocupadas de longa duração sem acesso a benefícios) (Tabela 6).

Entre as pessoas fora da força de trabalho, a distribuição é radicalmente diferente e revela um padrão de dependência econômica. Nesse estrato, a categoria "sem renda e estuda" é majoritária para todos os grupos, alcançando 78,5% entre homens brancos, 90,6% entre homens negros, 88,5% entre mulheres brancas e 93,2% entre mulheres negras (Tabela 6).

Isso significa que a grande maioria das pessoas fora da força de trabalho depende exclusivamente de fontes não laborais de sustento (família, programas sociais ou poupança) enquanto se dedica aos estudos. A categoria "com renda e estuda" entre os fora da força de trabalho é mais expressiva entre homens brancos (21,5%) do que entre os demais grupos (9,4% entre homens negros, 11,5% entre mulheres brancas e 6,8% entre mulheres negras), sugerindo que uma parcela de homens brancos fora da força de trabalho consegue manter alguma fonte de renda (possivelmente aposentadorias, pensões ou rendimentos de capital) enquanto estuda, condição menos acessível aos demais grupos. A ausência da categoria "com renda e não estuda" na subpopulação fora da força de trabalho – que foi suprimida da tabela por apresentar valores nulos ou inexpressivos – confirma que estar fora da força de trabalho sem estudar está fortemente associado à ausência de renda própria.

A Tabela 7 compara os padrões de renda e estudo entre as áreas urbana e rural, revelando diferenças substantivas na autonomia econômica feminina conforme o local de residência. Na área urbana, a distribuição segue um padrão similar ao observado na população total, com os homens concentrados majoritariamente na categoria "com renda e não estuda" (76,5% entre brancos e 77,6% entre negros) e as mulheres apresentando percentuais menores nessa mesma categoria (58,5% entre brancas e 57,8% entre negras). A categoria "sem renda e não estuda" na área urbana atinge 13,1% dos homens brancos, 15,9% dos homens negros, 29,5% das mulheres brancas e 32,9% das mulheres negras, reproduzindo o padrão de desigualdade de gênero e raça já documentado.

Tabela 7 - Distribuição das pessoas com 18 a 65 anos por situação do domicílio segundo condição de renda e estudo, segundo sexo e cor/raça Minas Gerais, 4º trimestre de 2025

		Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra	Total
<b>Urbana</b>	Com renda e estuda	6,6	4,8	7,9	6,7	6,3
	Sem renda e estuda	3,8	1,7	4,2	2,6	2,9
	Com renda e não estuda	76,5	77,6	58,5	57,8	67,5
	Sem renda e não estuda	13,1	15,9	29,5	32,9	23,3
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Rural</b>	Com renda e estuda	1,0	1,2	3,2	2,1	1,8
	Sem renda e estuda	1,5	1,4	4,0	3,8	2,6
	Com renda e não estuda	80,5	74,7	37,8	30,3	56,7
	Sem renda e não estuda	17,0	22,8	55,0	63,8	38,9
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Na área rural, contudo, as disparidades se acentuam de maneira expressiva. A categoria "com renda e não estuda" entre homens rurais é de 80,5% (brancos) e 74,7% (negros), patamares elevados e relativamente próximos aos da área urbana. Já entre as mulheres rurais, essa mesma categoria cai para 37,8% (brancas) e 30,3% (negras), valores muito inferiores aos observados na área urbana e cerca de 40 pontos percentuais abaixo dos homens rurais. Simultaneamente, a categoria "sem renda e não estuda" entre mulheres rurais sobe para 55,0% (brancas) e 63,8% (negras), o que significa que mais da metade das mulheres brancas rurais e quase dois terços das mulheres negras rurais não possuem renda própria e tampouco estudam. Esse padrão indica que, no meio rural, a autonomia econômica feminina é ainda mais restrita do que no meio urbano, provavelmente devido à maior prevalência do trabalho agrícola familiar não remunerado, à menor oferta de empregos formais para mulheres e às maiores distâncias e barreiras de acesso à educação.

Tabela 8 - Distribuição das pessoas com 18 a 65 anos por condição no domicílio por condição de renda e estudo, segundo sexo e cor/raça, Minas Gerais, 4º trimestre de 2025

		Sexo e cor/raça				Total
		Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra	
<b>Pessoa responsável</b>	Com renda e estuda	3,7	3,4	5,1	4,9	4,2
	Sem renda e estuda	0,9	0,2	1,6	1,0	0,8
	Com renda e não estuda	82,8	81,1	60,5	57,5	70,9
	Sem renda e não estuda	12,7	15,3	32,9	36,5	24,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Cônjuge ou companheiro</b>	Com renda e estuda	4,1	2,6	5,9	4,8	4,5
	Sem renda e estuda	0,2	0,2	0,9	1,7	0,9
	Com renda e não estuda	87,0	86,0	57,6	54,5	66,9
	Sem renda e não estuda	8,7	11,2	35,6	39,0	27,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Outros</b>	Com renda e estuda	7,3	5,1	8,1	6,2	6,5
	Sem renda e estuda	3,5	3,0	4,5	4,3	3,8
	Com renda e não estuda	74,3	73,2	55,5	49,0	62,5
	Sem renda e não estuda	15,0	18,7	31,9	40,5	27,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Pnad Contínua Trimestral (microdados). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

A Tabela 8 examina a condição de renda e estudo segundo a posição da pessoa no domicílio – se responsável pelo domicílio, cônjuge ou companheiro, ou outra condição (filhos, parentes, agregados). Entre as pessoas responsáveis pelo domicílio, observa-se que a categoria "com renda e não estuda" é majoritária para todos os grupos, mas com diferenças de gênero substanciais: 82,8% entre homens brancos responsáveis e 81,1% entre homens negros responsáveis, contra 60,5% entre mulheres brancas responsáveis e 57,5% entre mulheres negras responsáveis.

Essa diferença de cerca de 20 pontos percentuais indica que, mesmo quando exercem a função de responsáveis pelo domicílio – o que implica, em tese, a provisão principal de sustento da família –, as mulheres têm uma probabilidade muito menor de dispor de renda própria em comparação aos homens na mesma posição. Conseqüentemente, a categoria "sem renda e não estuda" entre responsáveis atinge 12,7% dos homens brancos, 15,3% dos homens negros, 32,9% das mulheres brancas e 36,5% das mulheres negras, sugerindo que uma parcela considerável de mulheres que se declaram responsáveis pelo domicílio não possui renda própria, dependendo de transferências ou de renda de outros membros. Entre os cônjuges ou companheiros, o padrão se inverte de acordo com as expectativas de gênero. Para os homens na condição de cônjuges, a categoria "com renda e não estuda" atinge 87,0% (brancos) e 86,0% (negros), patamares ainda mais elevados do que entre os homens responsáveis.

Para as mulheres na condição de cônjuges, contudo, esse percentual cai para 57,6% (brancas) e 54,5% (negras), enquanto a categoria "sem renda e não estuda" sobe para 35,6% (brancas) e 39,0% (negras). Esse padrão é consistente com o modelo tradicional de família no qual o homem é o provedor principal e a mulher cônjuge dedica-se prioritariamente ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, sem renda própria. Entre as pessoas classificadas como "outros" (que inclui principalmente filhos adultos e outros parentes conviventes), as diferenças de gênero persistem, com mulheres apresentando maior proporção na categoria "sem renda e não estuda" (31,9% entre brancas e 40,5% entre negras) do que homens (15,0% entre brancos e 18,7% entre negros). A Tabela 8 evidencia, portanto, que a condição de dependência econômica feminina atravessa todas as posições domiciliares, afetando especialmente mulheres negras, independentemente de serem responsáveis, cônjuges ou outros parentes.

## Considerações Finais

O Boletim não faz nenhuma revelação inédita, apenas apresenta por outros ângulos uma realidade já conhecida, apresentando informações que abrangem dimensões de inserção na força de trabalho, motivos de inatividade, situação de estudo e trabalho, condição de renda por faixa etária, posição no domicílio, local de residência e arranjo domiciliar, permitindo estabelecer um diagnóstico consistente sobre a autonomia econômica da população de 18 a 65 anos em Minas Gerais, com ênfase nas desigualdades de gênero e raça.

Em síntese, os dados consolidam o diagnóstico central que emerge de toda a análise: a autonomia econômica das mulheres, especialmente das mulheres negras, é estruturalmente comprometida ao longo de toda a vida adulta, em grande medida devido à persistência de uma divisão sexual e racial do trabalho que as mantém majoritariamente ocupadas com atividades extra mercado, sem acesso regular a renda própria e sem possibilidade de qualificação continuada. Mesmo em um ano de expansão do mercado de trabalho como 2025, os diferenciais aqui observados evidenciam que políticas exclusivamente focadas na geração de empregos são insuficientes para reverter esse quadro.

Cabe registrar uma limitação importante dos dados utilizados. A categoria "sem renda" adotada nas Tabelas 4 a 8 considera apenas a renda proveniente do trabalho, não incorporando outras fontes de rendimento como aluguéis, transferências interpessoais, seguros-desemprego, benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões) ou programas de transferência de renda (como o Bolsa Família). Sabe-se que, para a população brasileira, aproximadamente 25% da renda total deriva dessas fontes não laborais. Essa limitação implica que a condição "sem renda" pode superestimar a ausência total de recursos financeiros, uma vez que uma parcela das pessoas classificadas como sem renda do trabalho pode, na prática, dispor de outras fontes de sustento.

Não obstante essa limitação, as conclusões aqui apresentadas não são invalidadas por três razões principais. Primeiro, a magnitude das disparidades entre homens e mulheres – e entre mulheres brancas e negras – é suficientemente ampla (diferenças de 20 a 30 pontos percentuais na categoria "sem renda e não estuda") para que mesmo uma correção parcial pela inclusão de rendas não laborais não elimine as assimetrias fundamentais. Segundo, os dados sobre motivos de inatividade (Tabela 2 da primeira rodada) e sobre a condição de "não estudo, não trabalho e não procura emprego" (Tabela 3) são construídos com base em categorias que não dependem exclusivamente da renda do trabalho, e confirmam o mesmo padrão de desigualdade. Terceiro, a consistência das diferenças ao longo de múltiplas dimensões – faixa etária, local de residência, posição domiciliar, arranjo familiar – torna extremamente improvável que o viés de mensuração seja o responsável único ou principal pelos diferenciais observados.



#### SAIBA MAIS:

Em março de 2020, o **Observatório do Trabalho de Minas Gerais**, tratou da autonomia econômica das mulheres a partir dos indicadores oficiais de monitoramento dessa dimensão, a saber, a divisão social dos cuidados e a posse dos rendimentos totais. O Boletim completo está disponível em:

<http://observatoriotrabalho.mg.gov.br/>  
<https://fjp.mg.gov.br/mercado-de-trabalho>

ou

## **EXPEDIENTE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
Ricardo Assis Alves Dutra

**SUBSECRETARIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO,  
EMPREGO E RENDA**  
Arthur Hélio Albergaria Campos

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
Marcel Cardoso Ferreira de Souza

**DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO**  
Amanda Siqueira Carvalho

**EQUIPE TÉCNICA**  
Pedro Luis Souza Mazoni

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
Presidência  
Luciana Lopes Nominato Braga  
Vice-Presidência  
Mônica Moreira Esteves Bernardi

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES**  
Marconi Martins de Laia

**COORDENAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS**  
Ester Santos Carneiro

**EQUIPE TÉCNICA**  
Glauber Flaviano Silveira  
Nícia Raies Moreira de Souza